

DOCUMENTOS

LIVROS, BIBLIOTECAS E BIBLIOTECÁRIOS NO BRASIL COLONIA

Nascido em 1890 e falecido em 1969, o padre jesuita português Serafim Leite foi um dos mais notáveis historiadores da nossa época. Ele pesquisou diretamente nas chamadas fontes primárias, produzindo uma obra de interesse fundamental para o conhecimento do Brasil quinhentista. Sua **História da Companhia de Jesus no Brasil**, além de fonte indispensável de nossa historiografia, é um modelo de erudição e de respeito pelo aparato bibliográfico e documental. Menos conhecida — apesar de mais recente — é a **Suma história da Companhia de Jesus no Brasil** (Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar, 1965), de cujo capítulo VII são as páginas reproduzidas nesta seção (109-113), que tratam dos primeiros livros trazidos pelos jesuitas para o Brasil e das bibliotecas por eles organizadas em seus colégios. De acordo com a moderna categorização, foram elas as primeiras **bibliotecas escolares** de nosso país; mas estavam, como prova Serafim Leite, abertas ao público. As fontes nas quais o autor se apoia, indicadas por siglas, são as seguintes:

- AO — **Artes e ofícios dos jesuitas no Brasil (1549 — 1760)**. Lisboa, Edições Brotéria; Rio de Janeiro, Livros de Portugal, 1953. 324p.
- HC — **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro; Lisboa, Portugaláia, 1938 — 50. 10v.
- MB — **Monumenta Brasiliae**. Roma, 1956 — 60. 4 v. (Monumenta Historica Societatis Iesu, v. 79-81 e 87)

Embora quase todos os trabalhos externos da Companhia de Jesus no Brasil caibam na rubrica de “serviços públicos”, agrupam-se aqui alguns menos óbvios, condicionados pelas circunstâncias históricas da América Portuguesa. São serviços prestados ora à cultura das letras e das ciências, ora à política e defesa pátria, ora ainda a campanhas militares úteis à formação nacional e territorial do Brasil.

Assim, tem relação imediata com a cultura geral o que se refere à organização das livrarias ou bibliotecas dos colégios, a começar pelo da Baía, que, se no princí-

pio tinha carácter privado, com o tempo se tornou público. O breviário, o missal, o ritual, as regras do Colégio de Coimbra feitas pelo P^e Simão Rodrigues, o livro dos exercícios espirituais de Santo Inácio, que Nóbrega usou pouco depois ao receber na Companhia um candidato, algum breve método para ensinar o ABC aos meninos, o que já praticava Vicente Rodrigues em abril de 1549, alguma cartilha da doutrina cristã, que também logo se começou a ensinar com o ABC, o Manual do Doutor Navarro, que Nóbrega não tarda a citar em termos positivos — estes, e decerto mais alguma obra pia de uso pessoal e ainda algum exemplar da Bíblia — tais foram os livros que os primeiros padres da Companhia de Jesus levaram consigo para o Brasil e se inferem do seu mesmo estado de sacerdotes e religiosos e das suas primeiras actividades apostólicas. Todavia, Nóbrega não tardou a sentir a falta de outros livros “que já lá pedi”, escreve ele em agosto de 1549, os quais “nos fazem minguar para dúvidas, que cá há, que todas se perguntam a mim (1)”; portanto, obras de teologia moral e de direito para a solução de escrúpulos ou casos de consciência. Em Portugal não se esqueceram do pedido, e antes do fim do ano chegaram à Baía duas caixas de livros (2), humilde início da que seria daí a dois séculos a maior biblioteca do Brasil.

Com os livros necessários à direcção espiritual das consciências, notou-se também a falta de textos escolares latinos, tanto para principiantes como para os mais adiantados; e os encomenda Luís da Grã ao provincial de Portugal em 1554 (3). Não tardaram a vir os livros; e anos depois na Baía já se ensinava a Eneida, assim como já existiam no Colégio Crónicas de consulta (4), e já o visitador Inácio de Azevedo recomendava em 1568 que se não facilitassem empréstimos de livros para fora de casa (5).

Na organização da biblioteca do Colégio da Baía interveio D. João III, que mandava livros para o Brasil (6) e dava dinheiro muito liberalmente para se enviassem bibliotecas ao Ultramar Português (7). Concorriam pessoas cultas, incluindo prelados, que doavam obras à livraria do Colégio; e, com as fontes da generosidade alheia, avultavam compras, como as do provincial Beliarte, mecenas das letras, que de uma assentada comprou 15\$000 réis de livros, e de outra enviou para Portugal âmbar, que rendeu 40\$000 réis, e os livros comprados, explica ele mesmo, valeriam na Baía 80\$000 réis, o que para a época era muito dinheiro (8).

Pelos fins do século XVII, a biblioteca do Colégio da Baía possuía à roda de 3000 livros “de todo o género de escritores que se podem desejar, e se renova e guarda por um diligente e hábil livreiro”, de nome António da Costa, natural de Lyon de França, que sabia latim e organizara o catálogo. Os officios deste irmão declaram-se em diversos tempos; bibliopegus (encadernador), typographus (tipógrafo), impressor (impressor), bibliothecarius (bibliotecário) e bibliothecae praefectus (perfeito ou diretor da biblioteca) (9).

Vivia por este tempo no Colégio do Rio de Janeiro outro irmão, José Correia, de Viseu, tipógrafo, que entrou na Companhia depois de ter produzido (excu-

sa) 400 volumes para o Colégio e para os padres (10) Era, de facto, encadernador. Mas a terminologia técnica de tipógrafo, aplicada a dois irmãos, e a de impressor, aplicada a um, levam a admitir a existência de alguma pequena caixa de tipos para lombadas de livros encadernados, e até a de algum pequeno prelo portátil para quaisquer pagelas de uso estritamente privado (11) Tipografia pública requeria licença régia e não há indícios de que a tivessem os Jesuítas do Brasil, dada a facilidade de comunicações nos séculos XVII e XVIII entre o Brasil e Portugal, distância que nada tinha que ver com as do Oriente, para onde os Jesuítas portugueses levaram de facto tipografia em regra.

A biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro começou em 1567 com o P^{re} Nobrega, seu primeiro reitor; e sem dúvida com os livros que ele mesmo utilizou no Caso de Consciência sobre a liberdade dos Índios, datado deste mesmo ano, livros de que já disporia em S. Vicente; mas, determinando-se que o colégio dessa costa ficasse no Rio de Janeiro, a este colégio se devem ter aplicado, senão logo, ao menos à morte de Nóbrega em 1570.

Dois séculos mais tarde em 1775, a biblioteca do Colégio do Rio de Janeiro contava 5435 volumes, já muito desfalcada, porque, em quinze anos de abandono desde 1760, se haviam arruinado e apodrecido 734 livros, que se declaram “sem valor” e outros deixaram de entrar no cômputo pela circunstância de andarem “por fora”. Os volumes ainda aproveitáveis e arrolados em 1775 avaliaram-se em 1152\$590 réis.

Ora, ao fechar-se o Colégio da Baía em 1760, os seus livros orçaram-se em 5490\$050 réis. Tomando por base a avaliação do Rio de Janeiro, a proporção é de cinco por um. Mas os do Rio já tinham todos aqueles anos de abandono e certamente houve diferença de critérios entre os avaliadores do Rio e os da Baía. Reduzindo muito a proporção dos preços, os volumes do Colégio da Baía andariam pro 12000.

Não souberam defender tal riqueza cultural e bibliográfica os que sucederam aos Jesuítas. Em breve começou o desbarato, por modos nem sempre lícitos, indo muitas obras ornar estantes particulares, segundo lastima o escritor presente Santos Vilhena (12) que usa a expressão estantes particulares como contraposta a biblioteca pública; e, de facto, as bibliotecas da Companhia, ao menos as dos colégios maiores, tinham uma secção pública, como o atestam ainda hoje livros que foram parar a outras bibliotecas, às vezes bem distantes, como a do Porto, onde nalgum se lê: “Livreria pública do Collegio da Bahia” (13); e no Palácio arquiiepiscopal de S. Joaquim, no Rio de Janeiro, existem hoje livros com a referência: “Pertence à Livreria publica do Collegio do Rio” (14).

Só no século XIX se reabriu ou fundou de novo a Biblioteca Pública da Baía, que constava de 7000 volumes em 1816, quando a visitou o príncipe Maximiliano

de Wiede-Neuwied (15), menos do que possuía meio século antes a biblioteca do Colégio.

Os Colégios da Baía e do Rio de Janeiro eram os principais, mas todos os outros tinham a sua biblioteca: Recife (16), São Paulo (17), Espírito Santo (18), Maranhão, começada com "a livraria que era do P^e António Vieira" (19), Pará (20) e, enfim, todos os colégios; nem havia aldeia ou fazenda que não possuísse alguma estante de livros, quanto se pode ver pelos inventários (21).

Qual era o recheio das bibliotecas dos Colégios?

Na do Rio de Janeiro, ao p^e dos grandes autores da cultura greco-latina, Aristóteles, Platão, Cícero e Virgílio, lêem-se nomes como Newton e Boscovich e variadas obras literárias de diversas nações da Europa. Dos autores portugueses de fundo, nas ciências, história, direito canónico e civil, oratória, letras e medicina, a biblioteca estava regularmente provida, com preponderância das Faculdades ensinadas no colégio: humanidades, matemática, filosofia, física e ciências naturais, teologia e escritura. Achavam-se nela as últimas novidades de livraria, impressas em Portugal, como nela as últimas novidades de livraria, impressas em Portugal, como a Biblioteca Lusitana de Barbosa Machado e recebiam-se do estrangeiro as *Mémoires pour servir à l'histoire des Sciences et des Beaux Arts*, dos padres-jesuítas de França, conhecidas por *Mémoires* ou *Journal de Treboux*, colectânea fundada em 1701, e já então (1760) com 222 tomos, que os livreiros do Rio avaliaram em 25\$000 réis (22), e desta maneira se foi dando, um por um, o respectivo preço a todos os livros do catálogo de 1775, cuja destrição bibliográfica levaria longe se se quisesse classificar com dados positivos. Releve-se em todo o caso que as bibliotecas não eram apanágio só dos colégios citadinos. Nos mais pequenos, a selecção supria a abundância. Conhece-se o catálogo do Colégio da Vigia, imerso na selva paraense. Estavam presentes, nessa biblioteca, Homero (com os seus dois poemas), os poetas latinos Virgílio, Horácio, Marcial, Ovídio e Terêncio; e Cícero com todas as obras, Séneca e Suetónio. Mencionam-se a celeberrima *Arte do P^e Manuel Álvares*, a *Arte da Língua Brasílica* de Luís Figueira, a *Nova Floresta* de Manuel Bernardes, a *Arte do Orar* de Diogo Monteiro, os *Trabalhos de Jesus* de Frei Tomé de Jesus, obra-prima da mística portuguesa. No copioso sermonário, para só falar dos estrangeiros, Bourdaloue, Sérigner e S. Francisco de Sales. Na história e biografia, entre outros, Berredo (história local), as *Crónicas* dos primeiros reis portugueses, a *História Romana*, a *História da América* e uma surpreendente *Republica Moscovítica*. Obras de teologia, sagrada escritura, ascética espirituais de Santo Inácio, direito canónico e um escolhido lote de direito civil português, com a última edição das *Ordenações do Reino*. Livros de medicina, matemática, astronomia, atlas, geografia, e já o *Extracto do Diário e Viagem* do Sr. Condamine, talvez oferta do mesmo sábio La Condamine, que, durante a medição dos graus do meridiano debaixo do equador, foi hóspede reconhecido dos Jesuítas do Grão-Pará. Ao todo, 1010 volumes em 1760; e, como em geral nas outras bibliotecas da

Companhia de Jesus, também aqui, na Vigia, fímbria da floresta equatorial, os dois “grandes” da língua pátria, com as suas obras completas, Camões e Vieira (23).

NOTAS

(1) MB I 131; (2) MB I 168; (3) MB II 147; (4) MB III 184; (5) MB IV 489; (6) MB I 215; III 486; (7) MB I 467; (8) HC II 541; (9) AO 147–148; (10) AO 145–146; (11) AO 102; (12) HC V 92–95; (13) HC II 544; (14) HC VI 28; (15) HC V 94; (16) Hc V 485; (17) HC VI 403–404; (18) HC VI 141–142; (19) HC IV 188, 287–290; (20) HC III 213; IV 289; (21) HC VI 58; (22) HC VI 26–27; (23) HC IV 399–410.